

JÉSSICA GOMES DA SILVA, MARIA FERNANDA DERNTL E ANA ELISABETE DE ALMEIDA MEDEIROS

## O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital

*The GT-Brasília in the capital's patrimonialization*

*El GT-Brasília en la trayectoria de patrimonialización de la capital*

### Jéssica Gomes da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG-FAU/UnB. Mestre em Teoria, História e Crítica na linha de pesquisa em Patrimônio e Preservação pela mesma UnB. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UnB. Autora da dissertação intitulada: *O GT-Brasília da trajetória de patrimonialização da capital*.

*PhD student at the Graduate Program of the School of Architecture and Urbanism of the University of Brasilia - PPG-FAU/UnB. Master in Theory, History and Criticism in the Heritage and Preservation research line from the same UnB. Graduated in Architecture and Urbanism from FAU/UnB. Author of the dissertation entitled: O GT-Brasília da trajetória de patrimonialização da capital.*

*Estudiante de doctorado, Programa de Postgrado, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Brasilia - PPG-FAU/UnB. Máster en Teoría, Historia y Crítica en la línea de investigación de Patrimonio y Conservación de la misma UnB. Es licenciada en Arquitectura y Urbanismo por la FAU/UnB. Autora de la disertación titulada: O GT-Brasília da trajetória de patrimonialização da capital.*

jessica.arq3@gmail.com

### Maria Fernanda Derntl

Professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília desde 2010. Autora do livro *Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811* (Alameda/ FAPESP, 2013). Líder do grupo de pesquisa *Capital e Periferia* (CNPQ/UnB). Vencedora do X Prêmio Milton Santos (Anpur, 2021) pelo artigo *Brasília e suas unidades rurais* (Anais do Museu Paulista, 2020).

*Professor and researcher at the School of Architecture and Urban Desgn at the University of Brasilia since 2010. Author of the book Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811 [Method and Art: Urbanization and Territory Formation in the Captaincy of São Paulo, 1765-1811] (Alameda/ FAPESP, 2013). Leader of the research group Capital city and Periphery (CNPQ/UnB). Winner of the X Milton Santos Award (Anpur, 2021) for the article Brasília e suas unidades rurais [Brasília and its rural units] (Anais do Museu Paulista, 2020).*

*Profesora e investigadora de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Brasilia desde 2010. Autora del libro Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811 [Método y Arte: Urbanización y Formación del Territorio en la Capitania de São*

## O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital

The GT-Brasília in the capital's patrimonialization

El GT-Brasília en la trayectoria de patrimonialización de la capital

Paulo, 1765-1811] (Alameda/ FAPESP, 2013). Líder del grupo de investigación Capital y Periferia (CNPQ/UnB). Ganadora del X Premio Milton Santos (Anpur, 2021) por el artículo Brasília e suas unidades rurais [Brasília y sus unidades rurales] (Anais do Museu Paulista, 2020).

mariafernanda\_d@yahoo.com.br

**Ana Elisabete de Almeida Medeiros**

Professora e Pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB. Atualmente faz parte do grupo de pesquisa *Documentação, Modelagem e Preservação do Patrimônio Cultural* e do Projeto *One Company Town in Brazil*, liderado pela Universidade de Oxford. Pesquisa e publica sobre preservação do patrimônio cultural.

*Professor and Researcher at the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of Brasília - FAU/UnB. She is currently a member of the research group Documentation, Modeling and Preservation of Cultural Heritage and of the Project One Company Town in Brazil, led by Oxford University. She researches and publishes on preservation of cultural heritage.*

*Profesora e investigadora de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Brasília - FAU/UnB. Actualmente es miembro del grupo de investigación Documentación, Modelización y Conservación del Patrimonio Cultural y del Proyecto One Company Town in Brazil, dirigido por la Universidad de Oxford. Investiga y publica sobre la conservación del patrimonio cultural.*

ana@unb.br

## Resumo

Brasília foi reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1987. Diferentes agentes e instituições participaram da sua trajetória de patrimonialização, porém um deles merece destaque, o GT-Brasília (Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília). Esse grupo, responsável por estudar Brasília com vistas a sua preservação, é o objeto principal deste artigo. O objetivo aqui é analisar o trabalho do GT cotejando as diferentes temáticas debatidas no interior do Grupo ao longo de suas pesquisas entre os anos de 1981 e 1988. No centro da discussão está a metodologia utilizada para analisar o Plano Piloto, como objeto central, e também o território adjacente, considerando as diferentes morfologias do Distrito Federal. Este artigo busca, na verdade, observar a trajetória desse grupo a partir do entendimento da sua relevância para o processo de reconhecimento e de salvaguarda do Conjunto Urbanístico de Brasília enquanto patrimônio a ser preservado. Para isso, essa abordagem tem como ponto de partida o trabalho com a documentação primária acerca do processo de patrimonialização da capital, bem como a bibliografia sobre esse tema. Assim, este artigo apresenta como resultado, não só um panorama apurado sobre as pesquisas do GT-Brasília, mas sobretudo um olhar sobre o relevante percurso de Brasília até ser reconhecida como patrimônio mundial. Esse tema se torna significativo por lançar um olhar sobre o patrimônio urbano moderno, algo que nem sempre merece destaque em meio às discussões relacionadas às práticas preservacionistas e ao próprio reconhecimento de bens modernos como objetos de valor para a sociedade.

**Palavras-chave:** GT-Brasília. Brasília. Patrimonialização. Patrimônio. Preservação.

## Abstract

*Brasília was recognized as a World Heritage Site by UNESCO in 1987. Different agents and institutions participated in its patrimonialization trajectory, but one of them deserves to be highlighted, the GT-Brasília (Working Group for the Preservation of the Historic and Cultural Heritage of Brasília). This group, responsible for studying Brasília with a view to its preservation, is the main object of this article. The objective here is to analyze the work of the WG by comparing the different themes debated within the group throughout its research between 1981 and 1988. At the center of the discussion is the methodology used to analyze the Plano Piloto, as the central object, and also the adjacent territory, considering the different morphologies of the Federal District. This article seeks, in fact, to observe the trajectory of this group from the understanding of its relevance to the process of recognition and safeguarding of the Conjunto Urbanístico de Brasília as a heritage to be preserved. To do so, this approach has as its starting point the work with primary documentation about the process of patrimonialization of the capital city, as well as the bibliography on this theme. Thus, this article presents as a result, not only an accurate panorama of the GT-Brasília researches, but, above all, a look at the relevant trajectory of Brasília until it was recognized as a world heritage site. This theme becomes significant because it casts a glance on modern urban heritage, something that does not always deserve attention in the midst of discussions related to preservationist practices and to the very recognition of modern assets as objects of value to society.*

**Keywords:** GT-Brasília. Brasília. Patrimonialization. Heritage. Preservation.

### Resumen

Brasilia fue reconocida como Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO en 1987. En su trayectoria de patrimonialización participaron diferentes agentes e instituciones, pero merece la pena destacar uno de ellos, el GT-Brasília (Grupo de Trabajo para la Preservación del Patrimonio Histórico y Cultural de Brasilia). Este grupo, encargado de estudiar Brasilia con vistas a su conservación, es el objeto principal de este artículo. El objetivo aquí es analizar los trabajos del GT comparando los diferentes temas tratados en el seno del Grupo a lo largo de sus investigaciones entre 1981 y 1988. En el centro de la discusión está la metodología utilizada para analizar el Plano Piloto, como objeto central, y también el territorio adyacente, considerando las diferentes morfologías del Distrito Federal. En realidad, este artículo pretende observar la trayectoria de este grupo desde la comprensión de su relevancia para el proceso de reconocimiento y salvaguarda del Conjunto Urbanístico de Brasilia como patrimonio a preservar. Para ello, este enfoque toma como punto de partida los trabajos con documentación primaria sobre el proceso de patrimonialización de la capital, así como la bibliografía sobre este tema. Así, este artículo presenta como resultado, no sólo una visión precisa de las investigaciones del GT-Brasília, sino sobre todo, una mirada al relevante recorrido de Brasilia hasta su reconocimiento como patrimonio mundial. Este tema adquiere importancia porque lanza una mirada sobre el patrimonio urbano moderno, algo que no siempre se destaca en medio de los debates relacionados con las prácticas preservacionistas y con el propio reconocimiento de los bienes modernos como objetos de valor para la sociedad.

**Palabras clave:** GT-Brasília. Brasilia. Patrimonialización. Patrimonio. Preservación

## Introdução

Na trajetória de patrimonialização de Brasília, o reconhecimento da cidade como Patrimônio Mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1987 foi um marco fundamental. Em estudos correntes a esse respeito, a atuação do GT-Brasília é por vezes mencionada de modo breve como parte do processo que levou ao reconhecimento da UNESCO, sobretudo pela atuação do Grupo na escrita do Dossiê Brasília, documento fundamental para a candidatura da cidade. Em uma perspectiva distinta, este artigo busca salientar o protagonismo do GT-Brasília nos trabalhos acerca da preservação de Brasília nos anos 1980, com o intuito de contribuir para um panorama mais amplo de questões relativas ao patrimônio da capital em discussão naquele período.

Para isso, analisa-se a trajetória do GT-Brasília, desde a sua formação, passando pela sua organização e seus métodos de trabalho, até a candidatura da capital a patrimônio mundial. Procura-se abordar o GT não como um agente isolado, mas como grupo que congregou profissionais com experiências diversas e dedicou-se a propor um modo de preservação que estivesse em consonância com a ideia de uma cidade dotada de dinâmicas urbanas e origens específicas.

Esta análise baseia-se em uma documentação, em boa parte inédita, coletada em arquivos de Brasília, principalmente no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sedes de Brasília e do Rio de Janeiro; no ArPDF (Arquivo Público do Distrito Federal); e na SECULT (Secretaria do Estado de Cultura do Distrito Federal). Também conta com bibliografia relativa ao processo de patrimonialização de Brasília, na qual pode-se citar as dissertações de Carlos Madson Reis (2001), Sandra Bernardes Ribeiro (2005) e Thiago Pereira Perpétuo (2015) ao lado de estudos clássicos sobre preservação, tais como os de Susan Macdonald (2009), Françoise Choay (2001) e Márcia Sant'Anna (2015).

## A trajetória do GT-Brasília

O GT-Brasília foi criado pelo Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981, que estabeleceu a formação de um Grupo com o objetivo de “estudar, propor e adotar medidas [...] que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília” (GT- BRASÍLIA, 1981, p. 2). Nesse sentido, o GT desenvolveu um complexo conjunto de pesquisas e atividades voltadas à análise e à salvaguarda de Brasília. O mesmo Decreto prevê que o GT seria formado por membros do GDF (Governo do Distrito Federal) e do SPHAN/ Pró-Memória (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Pró-Memória), porém a documentação encontrada nos arquivos sobre a cidade demonstra que a sua organização se tornou tripartite, envolvendo também a Universidade de Brasília. Conforme entrevista de Briane Bicca, coordenadora do Grupo, para a EBN (Empresa Brasileira de Notícias) em 1985:

*Segundo diretrizes traçadas pelo próprio professor Aloísio Magalhães, que dirigiu os trabalhos iniciais do grupo, a união das três instituições se justifica da seguinte maneira: o governo do Distrito Federal representa a direção mais próxima da cidade; a SPHAN-Pró-Memória detém a competência federal na área do patrimônio cultural e a Universidade de Brasília contribui com o seu grande potencial de reflexão sobre o assunto (EMPRESA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS, 1985, p. 2).*

Entre os representantes das três instituições, a maior parte, de início, eram arquitetos. A direção do GT-Brasília coube inicialmente a Aloísio Magalhães, que teve papel fundamental no sentido de inspirar a orientação dos trabalhos realizados pelo Grupo, sobretudo ao ampliar a visão sobre os bens patrimoniais, incluindo as diferentes culturas, fazeres e saberes<sup>1</sup>.

Os primeiros relatórios elaborados pelo GT-Brasília entre os anos de 1981 e 1983, mostram que houve variação nos seus membros e também distinta participação dos órgãos envolvidos. Além disso, fica claro que, ao longo de sua atuação, o GT enfrentou dificuldades com o orçamento e com o pessoal disponível para as suas atividades segundo o Relatório de reunião em 15/12/83 (GT-BRASÍLIA, 1983). O trabalho do GT, principalmente após 1982, estruturou-se a partir de uma Comissão Executiva e uma Secretaria Técnica, ambas coordenadas pela arquiteta Briane Bicca. A Síntese dos trabalhos até julho de 1982 menciona a Comissão Executiva como responsável pela tomada das principais decisões e formada por um grupo com mais colaboradores; já a Secretaria Técnica era representada por profissionais contratados para fazer as pesquisas em campo e lidar com a documentação encontrada (GT-BRASÍLIA, 1982c). Mas a organização interna do GT pode ser melhor entendida a partir da observação do modo como suas pesquisas foram realizadas, seguindo uma trajetória que culminaria na proposição de diretrizes de preservação para Brasília. O Grupo de Trabalho realizou uma vasta pesquisa de campo com os chamados “antecedentes do território”, assim identificados nos documentos, e com o Plano Piloto.

A pesquisa em campo foi uma das primeiras etapas de trabalho, tendo-se assumido que através do contato com o objeto de interesse seria possível recolher material para dar suporte a discussões posteriores. Apesar da reconhecida excepcionalidade do Plano Piloto enquanto objeto a ser preservado, o GT iniciou suas pesquisas pelo que chamou de “preexistências da capital”, distribuídas em três grupos: as áreas urbanas anteriores à Brasília (núcleos históricos de Planaltina e Brazlândia); assentamentos humanos na área rural do DF anteriores à demarcação (fazendas antigas); e acampamentos pioneiros criados à época da construção de Brasília (GT-BRASÍLIA, 1982b). Essa abordagem das “preexistências” foi considerada necessária em vista das “morfologias altamente variadas” na ocupação do DF e do interesse em vincular os objetos a seu valor na preservação da memória da nova capital (BICCA & KOHLSDORF, 2016). Apesar de não haver registros de que o GT tenha discutido mais a fundo a temática envolvendo a memória da capital, reconhecia-se que Brasília guardava uma história anterior à construção do Plano Piloto e por isso a necessidade de pesquisas com um território a ele adjacente.

Os trabalhos sobre os antecedentes do Plano Piloto tinham como objetivo pesquisar e reconhecer a história do território do DF, mas também serviram de base para abordar a área central da cidade. O Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988 esclareceu o objetivo de se lidar com o território mais amplo:

***As ações desenvolvidas nas cidades antigas serviram como uma espécie de laboratório inicial para o trato das questões do Plano Piloto e demais testemunhos do patrimônio contemporâneo, pois até ali está retratada a realidade de um patrimônio vernáculo, caracterizado, sobretudo, pela transmissão de seus princípios gerais conformadores de uma geração à outra, o que a torna muito mais consolidada (GT-BRASÍLIA, 1988).***

Como se vê, considerava-se a preservação no âmbito ampliado do DF, mas tendo-se

<sup>1</sup> Aloísio Magalhães foi diretor do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) entre 1975 e 1979; quando recebeu o posto de diretor do IPHAN em 1979; em 1980 passou a presidente da Fundação Nacional Pró-Memória até 1981; e então se tornou secretário da Secretaria de Cultura até 1982, além de representante do Brasil no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

em vista o Plano Piloto como objeto privilegiado. Os trabalhos com as áreas periféricas ao Plano Piloto “através da identificação dos vários pontos de interesse histórico ou paisagístico” propiciaram um conjunto de informações sobre cidades-satélites como Planaltina e Brazlândia (GT-BRASÍLIA, 1982d, p. 2-4). Nesse sentido, Planaltina e Brazlândia, hoje regiões administrativas do DF, foram estudadas a partir de seus núcleos rurais, onde estavam as antigas fazendas, e de seus núcleos urbanos, cujas origens são anteriores à criação de Brasília. Similarmente, foram pesquisadas fazendas em outras regiões administrativas de Brasília: Sobradinho, Gama e Taguatinga. Como justificativa para os estudos das fazendas, Márcio Vianna, um dos membros do GT que atuava na Secretaria Técnica, coloca: “[...] as antigas fazendas, lado a lado com os centros urbanos antigos da região, têm ainda uma função didática particular, a de testemunhar a maneira vernácula de organização do espaço rural nesta região” (VIANNA, 2016, p. 129). Ao resgatar a história das antigas fazendas, pretendia-se não só a preservação de exemplares arquitetônicos, mas também do meio em que se localizavam, com o intuito de considerar o conjunto a partir do seu valor de uso e não somente o valor histórico.

O relatório intitulado *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* identificou doze fazendas selecionadas pelo Grupo para preservação, por serem aquelas que melhor guardariam características do período colonial (GT-BRASÍLIA, 1983). Esse mesmo relatório sintetizou proposições para a proteção dessas fazendas por meio de dois quadros resumos: o primeiro com apontamentos sobre as características básicas. E o segundo quadro sugeria quais medidas seriam implementadas para a salvaguarda como a preservação/ arrendamento, tombamento federal, tombamento estadual, restauração, e potencial de lazer e turismo (GT-BRASÍLIA, 1983).

Uma similar abordagem foi seguida para estudo dos núcleos urbanos antigos de Planaltina e Brazlândia, mas considerando-se especificidades de sua ambiência. O Relatório Síntese de 1985 apontava a necessidade de relacionar a preservação desses núcleos com um olhar mais amplo do território “de maneira dinâmica e integrada ao processo urbano metropolitano de Brasília, de modo a não deixá-los à margem do desenvolvimento do DF como um todo, mas parte integrante do mesmo” (Relatório..., 1985, p. 147). Nos trabalhos do GT, a organização urbana de Planaltina e Brazlândia foi considerada similar, o que levou a fixar as mesmas diretrizes para ambas, embora se reconhecessem também suas particularidades quanto ao tecido urbano e ao grau de descaracterização dos bens. Propôs-se então uma forma de preservação em níveis, identificando-se, em ambos os casos, o Setor Tradicional (núcleo histórico); o Setor Tradicional (núcleo complementar); e a Faixa de Proteção ao Setor Tradicional (GT-BRASÍLIA, 1983). Esses três níveis definiram diretrizes que dariam origem a uma legislação de uso e ocupação do solo.

No quadro mais amplo de trabalhos do GT com o DF, um último grupo apresentado dentro das chamadas preexistências abarcou os acampamentos de obras remanescentes da construção de Brasília e localizados nas proximidades do Plano Piloto, como a Vila Metropolitana, a Vila Planalto e a Candangolândia. Tais acampamentos foram construídos predominantemente em madeira, em caráter provisório, já que deveriam ser demolidos após a inauguração da capital. No entanto, parte de suas construções foi mantida, seja em razão da mobilização da população local, seja em razão de sua ocupação consolidada. Ao GT coube a discussão da possível fixação de alguns desses lugares, considerando o grau de descaracterização em que se encontravam, como demonstra o documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal*, excetuando o Plano Piloto (GT-BRASÍLIA, 1982a).

O texto *Conjuntos representativos da época da construção de Brasília* destaca que foram cerca de quinze acampamentos pesquisados, porém o Grupo indicou “a Candangolândia,



Vila Planalto e Vila Metropolitana para objeto de preservação histórica” (VIANNA, 2016, p.140). A Vila Planalto mereceu particular atenção, considerando sua maior proximidade física com o Plano Piloto, sua extensão (agrupando um conjunto de acampamentos menores), e as “qualidades ambientais” identificadas pelos técnicos: abundante vegetação, unidade tipológica das construções em madeira e variedade da trama de espaços de uso público (GT-BRASÍLIA, entre 1981 e 1985, p. 28). A Vila Planalto foi alvo de ações contínuas do Grupo com intuito de trabalhar em conjunto com a população para propor a preservação do local. Inclusive parte de sua equipe foi transferida para um escritório estabelecido na própria Vila Planalto entre os anos de 1985 e 1986. Apesar das discussões do GT envolvendo o não tombamento de núcleos urbanos, algo mais enfaticamente debatido nos trabalhos com o Plano Piloto, a Vila Planalto foi tombada em 1988<sup>2</sup>.

Os trabalhos com aqueles três grupos – antigas fazendas, núcleos urbanos anteriores à Brasília e acampamentos de obras – contribuíram para configurar um debate acerca de patrimônio e preservação que ia além da usual ênfase nas obras icônicas do Plano Piloto. Conforme salientou Carlos Madson Reis:

***O trabalho do GT contribuiu, particularmente, para despertar a consciência de que o acervo patrimonial em Brasília ia além do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto, ou seja, da parte projetada. Foi demonstrado que outras morfologias existentes no seu território eram importantes e necessárias para o entendimento da história de ocupação do Distrito Federal, bem como, para a composição do seu patrimônio cultural (REIS, 2001, p. 118).***

Ao propor um olhar mais abrangente do DF, entendendo o conjunto urbano além do Plano Piloto, o trabalho do GT pode ser relacionado com a Carta de Atenas de 1931, que indicava a possibilidade da salvaguarda de conjuntos maiores e não apenas de monumentos excepcionais (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931). No Brasil, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, já se mostrava sintonizado com essa discussão ao prever cuidados com o entorno dos bens patrimoniais com base na noção de vizinhança (BRASIL, 1937). Ainda assim, conforme lembra Márcia Sant’Anna, tais abordagens estavam em elaboração na década de 1980, quando o GT realizava suas pesquisas (SANT’ANNA, 2015).

O GT-Brasília buscou ir além de uma visão restrita de preservação e por isso entendia que diferentes temáticas deveriam ser abordadas antes de se chegar a uma proposição de salvaguarda. Ao se aproximar do Plano Piloto, etapa seguinte após a análise das “preexistências”, o Grupo traçou um método de pesquisa no qual procurava considerar as visões da população acerca de Brasília:

***[...] vem sendo desenvolvida pesquisa de opinião pública com o objetivo de realizar tal trabalho [de pesquisa de imagem do Plano Piloto] com base na vivência da comunidade interessada – a própria população de Brasília – para que sejam conhecidas e levadas em conta suas necessidades e expectativas (GT-BRASÍLIA, 1983, p. 20).***

O Relatório Síntese de 1985 explicita que os critérios para seleção de entrevistados foram: morar em Brasília (entendida como o Distrito Federal) há pelo menos dois anos e exercer alguma atividade no Plano Piloto (Relatório..., 1985). Elaborou-se um questionário com nove questões, das quais sete eram objetivas e duas subjetivas ou abertas. A intenção era que o questionário contribuísse para a proposição de diretrizes para a preservação, como se lê no mesmo relatório:

<sup>2</sup> A Vila Planalto foi tombada através do Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988.

**[...] considera-se a Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília como mais um dado a subsidiar os trabalhos que vêm sendo realizados e buscando estabelecer de forma consensual com a população, diretrizes de preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília (Relatório..., 1985, p. 123).**

A pesquisa de imagem chegou a breves conclusões acerca da opinião da população que ocupava o Distrito Federal, principalmente ao indicar que a leitura dos entrevistados sobre a cidade nem sempre coincidia com as intenções de Lucio Costa no projeto para Brasília. Essa consulta à população já foi criticada por ter significado uma restrita participação ou uma “ilusão da participação” sem criar “atores políticos ativos”, salvo na Vila Planalto, onde teria havido um contato mais aprofundado com os moradores locais (RIBEIRO, 2005). No entanto, cabe lembrar que práticas de gestão de caráter participativo, hoje mais difundidas, sequer existiam naquela época.

A análise do GT-Brasília sobre o Distrito Federal também deu atenção ao meio natural, como se vê na pesquisa Preservação do Espaço Natural do DF. Esse trabalho chegou a termo por volta de 1985, podendo-se ler seus resultados no Relatório Síntese de 1985 (Relatório..., 1985). As propostas de preservação do espaço natural envolveram análises dos problemas existentes, principalmente devido às transformações na paisagem para a construção de Brasília. Para isso, o método indicado na Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 foi o seguinte:

- **Levantamento dos processos significativos da região [...].**
- **Diagnóstico/prognóstico – através do qual deverão ser definidas prioridades, em confronto com o que está sendo preservado atualmente (reservas, legislação existente).**
- **Definição de áreas e respectivas diretrizes de preservação, em função dos estudos realizados (GT-BRASÍLIA, 1983, p. 13).**

O GT não estava interessado apenas em observar o meio natural isoladamente, mas buscava destacar aspectos culturais de sua relação com o ambiente construído, posicionando-se pela proteção conjunta dos diferentes aspectos que deveriam compor a salvaguarda de Brasília. Realizou-se um mapeamento inicial do território, com vistas a três metas, assim descritas por Eurico Salviati, responsável por essa frente de trabalho: preservação dos recursos naturais, preservação dos testemunhos da paisagem e manutenção da identidade da paisagem (SALVIATI, 2016).

A primeira delas, a preservação dos recursos naturais, visava a uma ocupação do território com base nas características naturais, buscando como resultado uma boa qualidade ambiental; a segunda, a preservação dos testemunhos da paisagem, almejava a uma “utilização sustentada dos recursos naturais, garantidas sua renovação e regeneração, estendendo-se assim sua utilização às gerações futuras” (SALVIATI, 2016, p. 153); por fim, a terceira meta, a manutenção da identidade da paisagem, partia da ideia de que “a paisagem natural de Brasília possui traços peculiares, visualmente identificáveis, que a distinguem claramente daqueles observados em outras regiões” (SALVIATI, 2016, p. 154). Essas três metas envolveriam um sistema de preservação associado à gestão de órgãos especializados que proporcionasse a ampliação das áreas protegidas existentes assim como a proposição de novas áreas para preservação.

## A elaboração de uma perspectiva de proteção para Brasília

A tarefa de analisar o Plano Piloto para definir seu modo de preservação envolveu a prévia observação do território do Distrito Federal e, desse modo, o GT partiu de um olhar mais abrangente, compreendendo as preexistências do território, as pesquisas com a paisagem e um mapeamento geral da área pretendida. Esse panorama proporcionou bases teóricas e práticas para o subsequente foco na área central de Brasília. O Grupo entendia que o planejamento urbano seria a base para uma proposta de diretrizes de preservação. Conforme o texto *Configuração Urbana* de Maria Elaine Kohlsdorf, membro do GT e uma das principais responsáveis por trazer os aportes metodológicos para a análise do Plano Piloto, o planejamento urbano era assim entendido: “[...] um processo cuja finalidade é a resolução de problemas, quando se menciona o Planejamento Urbano estamos colocando nosso campo de ação no meio ambiente urbano, e, como arquitetos/urbanistas, nos aspectos físicos deste meio-ambiente” (KOHLSDORF, 1975).

O GT dispôs-se a fazer uma caracterização preliminar da área central com apoio das metodologias da morfologia urbana. Conforme seus registros, “o caminho proposto é que se lance mão de um conjunto de categorias físico-espaciais, que sejam representativas dos diversos elementos constituintes da estrutura global de configuração urbana” (GT-BRASÍLIA, 1983, p. 18). Esse trabalho com as categorias físico-espaciais foi baseado nas pesquisas de Trieb & Schmidt (KOHLSDORF, 1980) sobre a apreensão do espaço urbano “porque elas permitem observar integralmente o objeto arquitetônico via representações consagradas no campo disciplinar e abrangentes de todas as escalas possíveis” (Relatório..., 1985, p. 12). Ou seja, a ideia era procurar alguns atributos morfológicos, indicados através dessas categorias físico-espaciais, que dariam suporte para a preservação de Brasília.

A caracterização do Plano Piloto pelo GT buscava apreender a Brasília construída, vista como uma cidade em constante mutação. Para tanto, a abordagem orientada por Maria Elaine Kohlsdorf, almejava um olhar abrangente e ao mesmo tempo dinâmico. Pretendia-se observar quais seriam as “características essenciais” e quais as “características acessórias” de Brasília e assim dar suporte à formulação de diretrizes de preservação e seus instrumentos específicos. Como se lê no Documento para discussão n° 1: a preservação do Plano Piloto, as características essenciais seriam aquelas “responsáveis pela identidade do assentamento” e viriam ainda embasar a elaboração de “uma legislação urbanística específica, porque voltada à proteção da identidade do assentamento, porém abrangente de toda a área sob proteção” (GT-BRASÍLIA, 1981?, p. 6-7).

Em uma primeira etapa de caracterização, o GT buscou definir os limites físicos a serem preservados para depois identificar suas características essenciais e acessórias. Um limite ao redor do Plano Piloto foi definido pelo Grupo seguindo “pelo alcance do campo visual ao nível do chão e até a linha de cumeada das colinas mais próximas (porém, situadas fora do tecido urbano)” (GT-BRASÍLIA, 2016, p. 65). A esse conjunto deu-se a denominação de Área de Interesse de Preservação (AIP). No interior dessa AIP havia a Área de Interesse Especial (AIESPP) [1], “onde se concentram os aspectos mais importantes da nova Capital do Brasil” (GT-BRASÍLIA, 2016, p. 66). Essas definições trazem a ideia de preservação em níveis, algo que depois seria desconsiderado ao efetivar a salvaguarda do Plano Piloto seguindo um perímetro no qual consta apenas o Conjunto Urbanístico de Brasília como um único objeto a ser preservado.

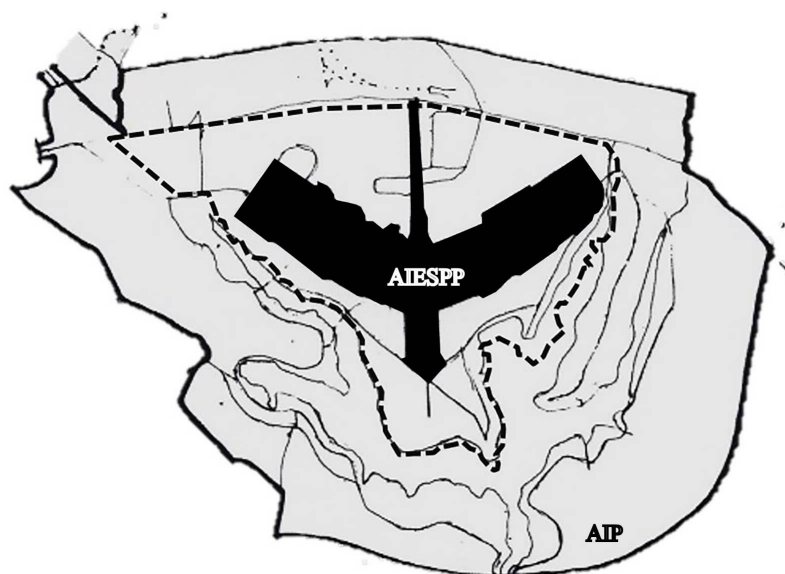


FIGURA 1 – Limite da Área de Interesse Especial de Preservação (AIESPP) e limite da Área de Interesse de Preservação (AIP).

Fonte: IPHAN (2016, p. 66) (com alterações das autoras).

Dentro desse perímetro, foram avaliadas as características essenciais e acessórias a partir de seis categorias analíticas: sítio físico, planta baixa, silhueta, tipologia das edificações, estrutura interna do espaço e elementos acessórios (GT-BRASÍLIA, 2016). A primeira categoria identificada como o sítio físico “congrega os elementos do meio natural que participam, de uma ou de outra forma, da configuração dos assentamentos urbanos” (GT-BRASÍLIA, 1985b), compreendendo o relevo, a vegetação e a hidrografia da área central. A segunda categoria analítica é a cidade em planta baixa, vista sob a ótica de um “contraste entre espaços abertos e fechados” (GT-BRASÍLIA, 1985b). Isso significou observar como era o desenho da cidade, principalmente representado pelos dois eixos que se cruzam (Eixo Monumental e Eixo Rodoviário), o seu parcelamento e a sua malha urbana.

No entendimento do Grupo, o sítio físico mostrava-se majoritariamente plano, permitindo que fosse definida uma silhueta particular para a cidade. Essa terceira categoria, a silhueta, considerava Brasília “no nível dos planos verticais do espaço urbano, formado por uma série de elementos pertencentes a outras categorias (como montanhas e massas de edificações)” (GT-BRASÍLIA, 1985b). A categoria seguinte, tipologias das edificações, viria ter forte interferência na caracterização da cidade, pois:

*[...] as edificações são mais objetos destacados na paisagem, do que volumes cujos planos definem os espaços abertos. Ou seja, as áreas livres são residuais e os edifícios, os reais articuladores da estrutura urbana porque eles são origem e destino de fluxos e funcionam como unidades interiorizadas do sistema de convívio social (GT-BRASÍLIA, 2016, p. 85).*

A partir das oito tipologias verificadas pelo GT dentro da categoria analítica de tipologias, foi possível ao Grupo fazer uma leitura da cidade em que se concluiu existir uma valorização da edificação em detrimento das áreas livres. A quinta categoria, estrutura interna do espaço, representava a junção dos planos verticais e dos planos horizontais formando uma composição tridimensional a partir de três unidades principais: as vias, as áreas verdes, e as quadras e superquadras (GT-BRASÍLIA, 1985b). A última categoria eram os elementos acessórios, correspondendo aos itens de informação, mobiliário urbano e pequenas construções. Esses elementos, segundo o GT, poderiam fortalecer ou enfraquecer a suposta identidade de Brasília, dependendo da sua relação com as outras categorias analisadas.

A proposta do Grupo de Trabalho com a caracterização preliminar do Plano Piloto era identificar as características essenciais e acessórias, porém na leitura dos documentos encontrados percebe-se que não há uma clara definição quanto a isso. Também não há problematização maior nessa seleção de características, sendo que dentro de cada categoria analisada inferem-se alguns elementos mais importantes e outros secundários. O que o GT compreende por essencial e acessório não deve ser visto, enfim, como algo intrínseco ao Plano Piloto, mas os seus significados seriam construídos a depender de quem os estaria observando e do momento da análise.

A conclusão da etapa de caracterização do Plano Piloto permitiu ao GT-Brasília avançar para a etapa seguinte no sentido de propor um conjunto de diretrizes de preservação para a capital. Segundo o documento Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985:

***A presente etapa de estudos do GT Brasília procura verificar as conclusões a que se pôde chegar com a etapa anterior de caracterização, esboçando diretrizes de preservação, de modo a permitir a dinâmica do desenvolvimento da cidade sem entraves e obstáculos a esse processo que seria normal e muito mais dinâmico, no caso da capital [...] (GT-BRASÍLIA, 1985a).***

As diretrizes de preservação a que o documento se refere deveriam ser transpostas em termos práticos em uma legislação com base nas diretrizes elencadas pelo GT, algo realizado na proposta do anteprojeto de lei para a preservação de Brasília. Esse trecho ainda destaca a importância dada à proteção de Brasília de modo a permitir o seu desenvolvimento “sem entraves e obstáculos” considerando-a a partir de suas próprias dinâmicas. Essa discussão permeou a trajetória do Grupo, e seria a base para se propor um modo diferente de proteção à cidade, a preservação dinâmica. Essa abordagem surge não só do intuito de se chegar a uma solução que acompanhasse o desenvolvimento da capital, mas também do reconhecimento de que a arquitetura moderna trazia particularidades que mereciam ser discutidas, ainda mais por se tratar de um conjunto urbano e não de uma arquitetura isolada.

O debate envolvendo a proteção aos bens de origem moderna é analisado por Susan Macdonald, que ressalta os desafios da sua preservação, tais como a falta de afastamento temporal para a sua identificação e valoração; questões técnicas associadas a novas tecnologias e materiais; especificidades do design; o contexto social; e adaptabilidade para novos usos (MACDONALD, 2009). Como Susan Macdonald aponta, a partir da década de 1980 se formava um debate ao redor da defesa da arquitetura do século XX, não havendo ainda, naquele momento, um consenso acerca da melhor maneira para a sua salvaguarda.

Outra discussão que ocorria em paralelo às ações do GT dizia respeito ao patrimônio urbano, discutido desde o início do século XIX, a partir das reformas urbanas europeias, como analisa Françoise Choay ao introduzir o debate sobre o surgimento do patrimônio urbano (CHOAY, 2001). Tomando-se como referência a ampliação da noção de patrimônio a partir da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), entende-se como ocorreram as ações nas instituições brasileiras, sobretudo no IPHAN. No Brasil, como indicado por Márcia Sant’Anna, houve um processo gradativo de incorporação de novas ideias e premissas, visto que entre as décadas de 1970 e 1980, os processos de tombamentos registrados pelo IPHAN mostram a transformação do reconhecimento de fragmentos urbanos em trechos de cidades e centros históricos (SANT’ANNA, 2015, p. 238).

Essa perspectiva mais geral acerca da preservação no campo internacional e nacional pode ser associada a questionamentos, no interior do Grupo, quanto ao ato de tomar ou não cidades. Entre os seus membros, parecia ser um consenso a efetividade de

instrumento do tombamento para a arquitetura. Com relação ao conjunto urbano, no entanto, “parece claro que acionar, por exemplo, o tombamento como medida de preservação pode não ser o procedimento adequado” (GT-BRASÍLIA, 1981?, p. 5). Buscaram-se outros instrumentos que tivessem em suas bases o planejamento urbano para o equacionamento das permanências e das “metamorfozes” próprias à cidade de Brasília. Em suas propostas aparece então, sobretudo por volta de 1985, o termo “preservação dinâmica”, sendo que os encaminhamentos apresentados no Relatório Síntese de 1985 (Relatório..., 1985) marcavam uma passagem para uma etapa de caráter mais propositivo.

A preservação dinâmica viria a ser uma forma de pensar a salvaguarda de Brasília embasada em sua atuação e na metodologia de suas pesquisas. Algumas indagações presentes nessa proposta são: como seria possível impor limites através de normas rígidas a um lugar em permanente transformação? E ainda como pensar esses limites em um tempo determinado quando existe um futuro incerto? (GT-BRASÍLIA, 1981?, p. 4). Os termos limites e transformação são vistos em uma dialética, e deixam claro que o GT pretendia proteger aquilo considerado “essencial”, porém ao mesmo tempo permitindo que o que fosse “acessório” se transformasse naturalmente.

A explicação dada pela coordenadora do Grupo, Briane Bicca, é a seguinte:

***Da consciência de Brasília ainda ser um acampamento resultou a proposta de preservação dinâmica [...] eram definidas as questões gerais de modo a garantir que o uso posterior não entrasse em conflito com aquilo que já existia. Entretanto, percebíamos que não podíamos ter a rigidez exagerada de bloquear o uso daqueles espaços ao longo do tempo (BICCA, 2016, p. 28).***

O que se pretendia era criar um equilíbrio entre a restrição e a liberdade através do planejamento urbano, com normas de uso e ocupação do solo. O GT propôs a preservação dinâmica a partir do entendimento de Brasília como um conjunto dotado de identidade única e excepcional. O *Documento para discussão n°1: a preservação do Plano Piloto* associa a cidade a um ser vivo, pois “tal como para um ser vivo, é, em uma cidade, o conjunto de suas características essenciais, ou seja, aqueles elementos que a distinguem fundamentalmente de qualquer outra e que não se alteram, sejam quais forem as mudanças por que a cidade passe” (GT-BRASÍLIA, 1981?, p. 5). A metáfora biológica para referir a um “organismo urbano”, muito recorrente na literatura sobre cidades, veio, nesse caso, em apoio a uma proposta de preservação.

O GT buscou trabalhar a noção de preservação amparando-se na discussão de uma suposta “identidade” de Brasília, levando em consideração a anterior caracterização da cidade e também a referência ao projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto, de 1957. Dessa forma, entendia-se necessário considerar certas permanências associadas ao seu projeto, porém observando que a cidade se transformava, como algo dinâmico. Essa equação entre as permanências e as transformações conferiria a ela uma identidade única. A ideia de uma suposta identidade pode ser associada a críticas como as de Thiago Perpétuo que alerta: “o GT-Brasília parecia trabalhar com a posição de que a cidade era uma só, não importava se esparramada em vários núcleos, independente de alguns deles datarem do século XIX, alongando sua história para além de sua inauguração em 1960” (PERPÉTUO, 2015, p. 178). Ao mencionar que o GT buscou trabalhar a cidade como uma só, o autor identifica a tentativa de criar uma única identidade conferida para elementos tão diferentes.

No entanto, o GT vinha construindo suas ideias para a preservação dinâmica de forma a manter uma coerência com suas bases de pesquisa. O resultado de seu trabalho deveria ser a proposição de um conjunto de normativas baseado nos princípios do planejamento urbano. Mas antes que fosse possível avançar na elaboração de algum



instrumento legislativo, o GT viu-se envolvido com trabalhos para candidatura da capital perante a UNESCO, iniciados por volta de 1985, principalmente após o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, dar suporte a esse movimento, como explica Osvaldo Peralva em *Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)* (1988).

No processo de candidatura de Brasília o GT ficou responsável pela edição do Dossiê Brasília, pela sua posição à frente dos trabalhos de pesquisa com vistas à preservação da capital. Esse dossiê é o único documento no qual o país apresenta sua proposta de candidatura a patrimônio perante a UNESCO. Após o seu envio, o Brasil recebeu o parecer do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) condicionando a inscrição de Brasília à edição de uma legislação de salvaguarda para a cidade, uma das obrigações do Brasil como o país que detinha o bem a ser preservado.

No momento da edição dessa legislação existiam duas propostas, uma do Grupo de Trabalho, com o seu anteprojeto de lei, e outra pertencente ao grupo de Lucio Costa e Italo Campofiorito, com o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. A partir da possibilidade de dois caminhos para salvaguardar Brasília houve uma cisão entre as partes, acabando por prevalecer a visão de Lucio Costa. Assim o seu decreto foi o responsável por preservar Brasília na instância local. Cabe ressaltar que essa possível divisão em grupos não foi tão simples como parece em uma primeira leitura do processo. O debate se pautava na forma como Brasília seria preservada e não na discussão se ela deveria ou não receber essa proteção.

O Anteprojeto de Legislação para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal, de autoria do GT-Brasília, acolheu os principais temas abordados dentro do GT:

***Considerando que o Patrimônio cultural de Brasília tem como objeto principal o Plano Piloto do Relatório de Lucio Costa, do Concurso para a Nova Capital – 1957, estendendo-se ainda às manifestações vernáculas da Região Centro-Oeste, pré-existentes à Brasília, compreendidas pelas sedes antigas de fazendas e setores tradicionais de Brazlândia e Planaltina, aos Acampamentos Pioneiros [...] e à paisagem natural [...] (GT-BRASÍLIA, 1987?).***

Esse trecho deixa claro que o anteprojeto privilegiava o Plano Piloto, porém também considerava como parte integrante do conjunto a ser preservado as preexistências, representadas pelas antigas fazendas, os setores tradicionais de Planaltina e Brazlândia e os acampamentos de obras, além da paisagem natural. Mesmo mantendo esse vínculo com as proposições antes feitas pelo GT, desde o início de sua trajetória, o anteprojeto recebeu críticas, a exemplo do posicionamento do jurista Paulo Affonso Leme Machado ressaltando “que o anteprojeto, como um todo, revela um excelente acervo de intenções, principalmente, no que tange à arquitetura em todas as suas manifestações. Contudo, fica a pergunta se os meios encontrados – no documento – têm eficácia jurídica” (MACHADO, entre 1985 e 1987, p. 3). O jurista questionava nesse trecho exatamente a ausência de algum instrumento legal além das intenções do GT manifestas pelas diretrizes de preservação.

Como apresentado anteriormente, o GT não pretendia utilizar o tombamento como um meio de preservação, portanto, a dificuldade estava exatamente na busca de um modo de salvaguarda. Conforme Thiago Perpétuo aponta: “Talvez o maior desafio fosse justamente o de estruturar um modo de preservação que não levasse em conta um instrumento que, embora sabido imperfeito, gozava de longa e ampla aplicação: o tombamento” (PERPÉTUO, 2015, p. 192-193). As imprecisões apontadas pelo jurista Paulo Affonso Leme Machado quanto aos instrumentos jurídicos auxiliam em parte a entender o motivo da escolha do Decreto nº 10.829, de 1987 em detrimento do trabalho

## O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital

The GT-Brasília in the capital's patrimonialization

El GT-Brasília en la trayectoria de patrimonialización de la capital

do GT. O Decreto apresentava-se mais conciso e mantinha o foco no Plano Piloto como objeto único de interesse.

O Decreto nº 10.829, de autoria de Italo Campofiorito com a aprovação de Lucio Costa, apresenta um texto sucinto, o qual delimita uma poligonal [2] para a preservação com base nas quatro escalas indicadas por Lucio Costa:

**§ 2º — A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento — EPIA, ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.**

**Art. 2º — A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica (DISTRITO FEDERAL, 1987).**



FIGURA 2 – Desenho da linha perimetral correspondente à preservação do Plano Piloto de Brasília e uma área de entorno imediata.

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 1987.

Essa seleção da área a ser contemplada pelo decreto não deixa dúvida de que o que interessava naquele momento era apenas o Plano Piloto. Essa legislação serviu de subsídio para a aprovação de Brasília como Patrimônio Mundial perante à UNESCO em dezembro de 1987. Apesar de o GT não concordar com as medidas do decreto por considera-las “por demais rigorosas em alguns aspectos [...] e, em contrapartida, flexíveis demais em questões fundamentais” (Ofício..., 1987), restou-lhe continuar trabalhando no seu anteprojeto para uma lei federal. Um ofício enviado pelo GT a Paulo Affonso Leme Machado confirmava que havia uma versão concluída: “Estamos encaminhando a versão final da legislação de preservação de Brasília, já adaptada para a forma de lei, que, no momento, é a única forma com que contamos para sua concretização” (Ofício..., 1987).



Apesar de constar nesse trecho que a legislação estava concluída, o *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988* confirmou que existiu uma versão apenas preliminar, porém não finalizada e nunca aprovada pelo Congresso. Esse relatório aparentemente foi o último documento realizado pelo GT e marcou o seu encerramento como Grupo com a justificativa de que “já atingiu até a presente fase seus objetivos gerais” (GT-BRASÍLIA, 1988). Após o período de atuação do Grupo, Brasília seria tombada em 1990, através do Processo nº 1305-T-90 que a inscreveu no Livro do Tombo Histórico (IPHAN, 1990). E em 1992 a cidade recebeu a Portaria nº 314 (IBPC, 1992), um instrumento federal que muito se aproxima do Decreto nº 10.829, ainda em vigor. Finalmente o último instrumento legislativo foi a Portaria nº 166, de 2016 (IPHAN, 2016) que traz mais detalhes acerca da preservação e foi baseada nas duas portarias anteriores.

## Considerações Finais

O trabalho do GT-Brasília foi analisado neste artigo com o objetivo de destacar algumas de suas contribuições ao longo de uma trajetória que envolveu desde a sua formação em 1981 até os seus momentos finais em 1988. Dentro do conjunto de suas pesquisas destacou-se principalmente o trabalho com o Distrito Federal e a sua proposta de preservação para Brasília.

A análise preliminar da formação do Grupo de Trabalho e de suas origens deu suporte à compreensão de seu funcionamento como um grupo de trabalho. A partir disso foi possível investigar como orientavam as suas ações até chegar ao Plano Piloto. Ao trabalhar com diferentes frentes de trabalho, contemplando as chamadas preexistências, as pesquisas com a paisagem, e o contato com a população através da pesquisa de imagem, o GT realizou uma ampla análise não unidirecional, mas autorreferente. Houve uma retomada constante em suas próprias pesquisas que davam suporte para a realização de etapas subsequentes de trabalho.

Nesse artigo buscou-se posicionar o GT-Brasília como um protagonista na trajetória de patrimonialização da capital, não só diante do reconhecimento perante a UNESCO, como também na construção de significados e conceitos no campo do patrimônio e preservação. Não há dúvidas de que existem diferentes possibilidades de leituras desse processo, porém, optou-se aqui por destacar uma visão específica, a do GT-Brasília.

## Referências

BICCA, Briane. Mesa-redonda *GT-Brasília*. In.: IPHAN. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. (p. 17-51) Iphan. Superintendência do Iphan do Distrito Federal; Org. Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo, texto Briane Bicca et al. – Brasília – DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

BICCA, Briane. & KOHLSDORE, Maria Elaine. A memória de Brasília. In.: IPHAN. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. (p. 55-57). Iphan. Superintendência do Iphan do Distrito Federal; Org. Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo, texto Briane Bicca et al. – Brasília – DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 27 set. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS - ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, Diário Oficial do DF, de 14 de outubro de 1987**. Regulamenta o art.38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <[www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/edc873c6-9d83-3e8c-8f36-611c5aeb0121/1507eba5.pdf](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/edc873c6-9d83-3e8c-8f36-611c5aeb0121/1507eba5.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988**. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências. Disponível em: <[www.tc.df.gov.br/SINJ/Diario/fe824e14-4bb0-311a-8dae.../f8301c08.pdf](http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Diario/fe824e14-4bb0-311a-8dae.../f8301c08.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS – EBN. **Cultura/Tombamento do Plano Piloto**. Reportagem de Angélica Lima. Brasília, 14 de maio de 1985. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 02, 1985.

GT-BRASÍLIA. **Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 02, 1985a.

GT-BRASÍLIA. **Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, [entre 1981 e 1985].

GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. In.: IPHAN. **GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. (p. 65-111). Iphan. Superintendência do Iphan do Distrito Federal; Org. Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo, texto Briane Bicca et al. – Brasília – DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, [1981?].

GT-BRASÍLIA. **Exposição de motivos do anteprojeto de lei de preservação do patrimônio histórico, natural e urbano de Brasília**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Processo de Tombamento do CUB, [1987?].

GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. 1982. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, 1982a.

GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-brasília – 1981-1988**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 03, 1988.

GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – dezembro de 1981**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, 1981.

GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, 1985b.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até julho de 1982**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, 1982c.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, 1983.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985**. Arquivo Público do Distrito Federal, 1985b.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos, até 07/1982**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 01, 1982d.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IBPC. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_314\\_de\\_8\\_de\\_outubro\\_de\\_1992.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf)> Acesso em: 19 set. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Arquivo Central do Iphan. **Processo de tombamento nº 1305-T-90: Conjunto Urbanístico (Plano Piloto)**. Brasília/Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016**. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_n\\_166\\_de\\_11\\_de\\_maio\\_de\\_2016](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_166_de_11_de_maio_de_2016).> Acesso em: 19 set. 2021.

JORNAL DO BRASIL. **Unesco torna Brasília novo Patrimônio da Humanidade**. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1987.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Configuração urbana**. Brasília: Universidade de Brasília, 1975.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Manual de técnicas de apreensão do espaço urbano**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places**. ICOMOS, 2009. Disponível em: <[www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009\\_UnlovedModern\\_Macdonald\\_Susan\\_Materiality\\_Paper.pdf](http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf)> Acesso em: 23 set. 2021.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Breve análise do anteprojeto de legislação para a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano do Distrito Federal**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF\_Série Patrimonialização. Cx. 03, [entre 1985 e 1987].

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

**Ofício GT-BSB nº 016/87, de 19 de novembro de 1987**. Arq. Superintendência do Iphan no DF\_Série Processo de Tombamento do CUB.

PERALVA, Osvaldo. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

REIS, Carlos Madson. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana**. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

**Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal**. Brasília: UnB/GDF/Minc, 1985.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

SALVIATI, Eurico (2016). Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. In.: IPHAN. **GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. (p. 143-162). Iphan. Superintendência do Iphan do Distrito Federal; Org. Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo, texto Briane Bicca et al. – Brasília – DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Atenas: Sociedade das Nações, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em: 19 set. 2021.

VIANNA, Márcio. O vernáculo da Região Centro-Oeste. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. (p. 129-131). Superintendência do Iphan do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

#### RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

**Submetido em 29/04/2022**

**Aprovado em 14/07/2022**